



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Fundamentos teóricos da Política Social

**A dialética da Proteção Social na América Latina:
 Entre a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores**

Viviane Isabela Rodrigues¹

Resumo: A América Latina, nomeadamente a região mais desigual do mundo, têm nos sistemas de proteção social a via de atenção as gravosas expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora. Nesse sentido, o presente ensaio de cariz qualitativo produzido a partir de pesquisa bibliográfica e documental em nível exploratório, enseja problematizar as características assumidas pelos sistemas protetivos da América Latina e Caribe. Define-se uma amostra de quatro países com a intenção de, a partir desta, olhar para a Região como um todo. O critério de inclusão adotado referiu-se importância política e econômica de alguns importantes países latino-americanos, tal como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Para tal, o eixo analítico da alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores foi eleito com vistas a desnudar a imperatividade da orientação neoliberal e das formas de conservadorismo nas agendas sociais dos referidos governos durante as últimas três décadas. O traçado deste panorama possibilitará a compreensão de como governos progressistas e conservadores latino-americanos preconizaram, ou não, a proteção social latino-americana.

Palavras-chave: Proteção Social. América Latina. Governos Progressistas e Conservadores. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.

Entre concesiones y conquistas: Aspectos históricos constitutivos de la Protección Social latinoamericana

Resumen: América Latina, concretamente la región más desigual del mundo, cuenta con sistemas de protección social como medio de atención a las graves expresiones de la problemática social que vive la clase trabajadora. En ese sentido, este ensayo cualitativo producido a partir de una investigación bibliográfica y documental a nivel exploratorio, pretende problematizar las características que asumen los sistemas de protección en América Latina y el Caribe. Se define una muestra de cuatro países con la intención de, a partir de ello, mirar a la Región en su conjunto. El criterio de inclusión adoptado se refirió a la importancia política y económica de algunos países latinoamericanos importantes, como Argentina, Brasil, Chile y Uruguay. Para ello, se escogió el eje de análisis de la alternancia ideopolítica de gobiernos progresistas y conservadores con miras a develar el carácter imperativo de la orientación neoliberal y formas de conservadurismo en las agendas sociales de los gobiernos antes mencionados durante las últimas tres décadas. El esbozo de este panorama permitirá comprender cómo los gobiernos latinoamericanos progresistas y conservadores propugnaron, o no, la protección social latinoamericana.

Palabras clave: Protección social. América Latina. Gobiernos Progresistas y Conservadores. Neoliberalismo. Neoconservadurismo.

¹ Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: viviane.rodrigues@fsso.ufal.br.

1. INTRODUÇÃO

O cenário dos últimos trinta anos foi de significativas transformações no âmbito da proteção social latino-americana. As redemocratizações vivenciadas por países da região ao término da década de 1980, lhes compromissaram às promessas civilizatórias de justiça social e igualdade em enfrentamento as expressões da pobreza e da desigualdade social comuns a conjuntura social da América Latina. Em comparação ao cenário social vivenciado na década de 80, durante os últimos trinta anos observou-se a redução da pobreza, a melhoria na saúde básica da população e a ampliação da política educacional nos níveis de ensino obrigatório. Contudo, esperava-se mais. O ensejo pela transposição da desigualdade social, pela erradicação das perversas formas de superexploração do trabalho e pela construção de uma união continental latino-americana que propiciasse a sua libertação das amarras da dependência econômica internacional, foram promessas civilizatórias nascidas no bojo dos processos democratizantes não alcançadas.

O intento de que ao nascer do século XXI, as veias da América Latina não estivessem mais abertas, mas cicatrizadas e direcionadas a potencializar o vigor econômico e político dessa região, tornam-se pautas revolucionárias não efetivadas e, por vezes, suprimidas em meio aos interesses econômicos da ordem globalizada. A ordem globalizada e os estágios recentes do sistema capitalista - financeiro e especulativo -, tornam a América Latina o lócus de amortecimento das crises econômicas internacionais pelos mecanismos de intercâmbio desigual e superexploração do trabalho. (MARINI, 1973)

Tal dinâmica possui estreita relação com o agravamento da questão social latino-americana que se faz agudizada em cenários econômicos desfavoráveis. Nitidamente, os lapsos temporais de prosperidade econômica - em nível regional e mundial -, possibilitaram à classe trabalhadora o alargamento do acesso a direitos fundamentais via proteção social. Contudo, o aceno de qualquer crise econômica possibilitava a expropriação de tais garantias e o agravamento das expressões da questão vivenciada pela classe trabalhadora.

Observou-se que os lastros de proteção social da região perpassaram por significativas mudanças frente a eminência de ciclos políticos adversos de cariz

progressista e conservador, destarte, tais mudanças políticas também possuíram estreita imbricação ao movimento dialético dos ciclos econômicos recessivos e progressivos observados na região. A este respeito, constata-se que em ambos os cenários políticos e econômicos a adoção da matriz teórica neoliberal – por governantes e governados-, (DARDOT, LAVAL, 2016) se consolidou, produzindo deletérios rebatimentos ao tecido social e aos lastros protetivos existentes. Nesse sentido, o presente ensaio busca analisar de que forma os sistemas de proteção social da região se transmutaram mediante a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores na região.

2. A PROTEÇÃO SOCIAL E A ALTERNÂNCIA IDEOPOLÍTICA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONSERVADORES NA AMÉRICA LATINA

A região latino-americana no último quartel do século XX possibilitou o aumento significativo dos escopos de proteção social, especialmente no território de países que se redemocratizavam após a superação de regimes ditatoriais. A ampliação destes lastros protetivos superou a características histórica de políticas assistenciais e unicamente centradas no trabalhador formal, tendo redimensionada a atuação dos Estados e governos, alinhando-os às promessas civilizatórias cidadãs e democráticas.

Contudo, esse processo não se consolidou livre de contradições e tensões. Observa-se que o avanço do modo produtivo capitalista ao suscitar a homogeneidade dos padrões de produção e consumo, determinou a decadência do “estatismo”. Tal dinâmica é percebida mediante a intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos coadunada à unificação financeira e monetária, a qual, inevitavelmente desencadeia a perda de autonomia dos Estados. Tal perda é perceptível através da redução da efetividade das políticas econômicas e da precarização das políticas sociais. É diante destas bases que se instaura a crise do Estado capitalista, a qual teve como resposta teórica e ideológica as teses monetaristas e neoliberais que passaram a nortear mundialmente as políticas econômicas (SOARES, 2009).

Inegavelmente, a recondução da atuação do Estado nos tempos de intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos sob a regência dos princípios teóricos neoliberais é perceptível. Tais movimentos acrescidos da histórica condição de dependência econômica latino-americana (denunciada por Ruy Marini,

1973) e das frágeis experiências democráticas dessa região, acenam a uma perspectiva preocupante, especialmente no que tange à preterida proteção social.

Diante deste panorama, reconhecer as imbricações existentes entre o avanço das orientações neoliberais e os redesenhos assumidos pela proteção social, pressupõe resgatar os enlaces históricos que possibilitaram a ampliação da matriz teórica neoliberal diante da ação do Estado, assim como, a construção de uma racionalidade neoliberal que passou a impregnar a conduta dos governantes e governados, na América Latina e Caribe e, no mundo como um todo (DARDOT; LAVAL, 2016). Dentre os marcos históricos que possibilitaram o avanço do neoliberalismo, situam-se o enfraquecimento do Welfare State nos países centrais e a crise do petróleo aguçada na década de 1970.

As orientações neoliberais difundidas pelo Consenso de Washington (1989) e os ajustes decorrentes não foram efetivados da mesma forma entre países centrais e periféricos, visto que os primeiros “transferiram sua crise para a periferia via dívida externa, mantendo protegidas suas economias” (SOARES, 2009, p. 14). O deslocamento do ônus das crises das economias centrais aos países periféricos se trata de uma prática desnudada pela Teoria da Dependência pelos conceitos de transferência de valor e do intercâmbio desigual (LUCE, 2018). A respeito da inferência da matriz neoliberal nas políticas econômicas e sociais, observa-se que as respostas ofertadas pelo neoliberalismo versaram sobre a reestruturação produtiva, o ajuste fiscal e o fomento da financeirização econômica (abertura e flexibilidade dos mercados).

Tais fatores resultaram em um novo estágio de globalização, cujas contradições do mundo do capital e diferenças econômicas e sociais entre o centro e a periferia foram aguçadas. Inaugurou-se um novo ciclo de expansão da taxa de lucros em um contexto de fragilidade dos trabalhadores com um custo social alto (BEHRING, 2007). No que tange às políticas sociais, o ajuste prescrito pelas agências multilaterais do desenvolvimento em sua retórica neoliberal², previa a redução do déficit público com o corte de gastos no custeio da máquina administrativa, a redução dos subsídios ao consumo popular, a

² A adoção da matriz teórica neoliberal nos países latino-americanos diante das suas políticas econômicas ocorreu sob a influência direta das agências multilaterais de desenvolvimento, especialmente através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial (BM); Fundo Monetário Internacional (FMI) e Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) mediante caráter de recomendações e o estabelecimento de tratados e acordos.

retração do custo per capita dos programas existentes, a reorientação da política social para a saúde primária e educação básica (entendidos como mínimos sociais) e a focalização das políticas nos grupos em extrema pobreza (PEREIRA, 2018). Nesse sentido, houve a “[...] incorporação de saúde primária e educação básica como insumos mínimos indispensáveis ao aumento da produtividade dos pobres no Terceiro Mundo e à formação de capital humano” (PEREIRA, 2018, p. 191)³.

Neste contexto, os modelos de ajuste estrutural neoliberal propostos às economias periféricas desencadearam a perda da substância dos estados nacionais. O ensejo de tornar-se “competitivo” à economia globalizada implicou na contenção da atenção ao mercado interno, no bloqueio do crescimento dos salários (e dos demais direitos sociais), na aplicação de políticas macroeconômicas monetaristas (altas taxas de juros), ocasionando o desaparecimento de pequenas empresas e empregos. O ônus social destes ajustes expropriou direitos da classe trabalhadora latino-americana e caribenha degradando sua condição de vida e o acesso a mínimos existenciais.

Diante dessa perspectiva, indubitavelmente, o sucesso normativo da nova roupagem das ideias liberais se materializou em distintos âmbitos, tais como: no âmbito político, mediante à conquista do poder pelas forças do neoliberalismo; no âmbito econômico, no que tange ao rápido crescimento do capitalismo financeiro mundializado; e no âmbito social diante da individualização das relações sociais na contramão das solidariedades coletivas, bem como a polarização de classes e, por fim, sob no aspecto subjetivo, com o surgimento de um novo sujeito social e o desenvolvimento de novas patologias (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dessa forma, o neoliberalismo estendeu a lógica do capital a todas as esferas da vida, condicionando a nova razão do mundo (do micro ao macro) através de uma racionalidade. Nesse ponto, observa-se que “a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Nesse sentido nada escapa a racionalidade neoliberal, nem mesmo a atuação do Estado.

³ Evidencia-se, nesse momento, o primeiro enlace dos delineamentos da proteção social as teses do capital humano e do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.

Indubitavelmente, o neoliberalismo infere no contexto dos Estados nacionais, direcionando a sua atuação ao mercado internacional e às exigências decorrentes dessa dinâmica. A autonomia do Estado nacional se restringe, visto que ao se pautar pelas deliberações internacionais passa a fomentar as estruturas, os incentivos fiscais, a liberalização e a desregulamentação interna, com vistas à competitividade no mercado de investimentos internacionais. Nesse contexto, os processos de desregulamentação do mercado de trabalho, de desmonte da seguridade social, de regressão dos direitos trabalhistas e de privatização do que é público, torna-se a agenda do dia, de forma consoante às exigências propostas por organismos internacionais.

O Estado deixa de ter como a sua primazia a defesa do interesse geral e o interesse público se volta ao resguardo dos interesses de vocação particular atinentes ao poder econômico internacional. Identifica-se a subalternização do poder político nacional ao poder econômico mundializado. Nesse sentido, tem-se “[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas” (BEHRING, 2008, p. 60).

Sob tal prisma, identifica-se a adoção de três ordens de proposições que caracterizam o conjunto de políticas adotados na América Latina e Caribe desde 1990, no intuito de se inserir na nova ordem mundial globalizada, são eles: adoção de políticas macroeconômicas relacionadas aos programas de corte nos gastos públicos, reformas administrativas, previdenciárias e fiscais; adoção de políticas microeconômicas, com vistas a desonerar o capital, aumentando a sua competitividade no mercado internacional e, por fim, mudança no modelo de industrialização adotado pelos países latino-americanos a partir de 1950, com vistas à retomada do crescimento econômico (REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 43).

As reformas⁴ incorporadas pelos Estados remodelaram os seus sistemas

⁴ Estas medidas impactaram diretamente os escopos protetivos latino-americanos. As políticas universais incipientes disputam o fundo público com a medidas de investimento a base produtiva, comumente, perdendo espaço e deixando de tornar-se uma agenda dos Estados. “A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos. A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais

protetivos, especialmente os de seguridade social, mantendo a prevalência do trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização (desconcentração e desresponsabilização), mediante a execução das ações. Nesse sentido, as políticas sociais se tornaram ações pontuais e compensatórias (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Ao encontro de tais premissas, “[...] o novo padrão de regulação estatal substitui as *políticas de integração* de cunho universalista e distributivo pelas chamadas *políticas de inserção*, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis [...]” (REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 43).

O desmonte dos escopos de proteção social da América Latina, escopos esses que há longa data se mostram insuficientes, assumem passos largos na atualidade. Remonta a esse cenário a atuação dos Estados nacionais latino-americanos, diante da condução de políticas econômicas e sociais atreladas à incorporação dos receituários das agências multilaterais. Nesse sentido, ao se reconhecer a intrínseca e orgânica relação existente entre a proteção social e a atuação do Estado, inevitavelmente, a análise da alternância de governos se torna outra categoria importante dessa análise.

O trânsito dos regimes autoritários à pluralidade democrática fez com que as novas democracias se tornassem construções inacabadas, que combinaram elementos do novo regime com outros oriundos do passado autoritário. Somado a esse contexto, a década de 1980 presenciou uma gravosa crise econômica e a ampliação dos efeitos das políticas de ajuste neoliberal consideradas a via de solutiva da recessão e de modernização dos países. Inevitavelmente, esse cenário produziu sérios impactos sociais que enfraqueceram as expectativas diante das democracias emergentes, sucumbindo às promessas de diminuição da desigualdade social e da pobreza.

Ademais, a histórica questão política latino-americana em muito contribui para esse cenário, permeado por contradições expressas pela coalisão entre as elites políticas e econômicas (oligarquias nacionais), que distancia os governos da vontade pública e da representatividade da classe trabalhadora. Nesse sentido, mesmo na ordem democrática, “[...] O acesso aos recursos do Estado se deu de maneira limitada e constituíram-se privilégios para algumas classes através do estabelecimento de redes corporativas e

incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social.” (SALVADOR, 2010, p.2)

clientelistas” (OLIVEIRA, 2018, p. 58). Sob tal prisma, foi no contexto de redemocratização dessa região que revezes conjunturais alicerçados na legitimação da acumulação capitalista periférica e no processo de liberalização política acoplado a liberalização econômica comprometeram significativamente a qualidade destas democracias.

O movimento *pré* e *pós* democrático latino-americano se fez permeado por alternados ciclos conservadores e progressistas na arena política, os quais, possuíram estreita relação com os ciclos econômicos vigentes e os modelos de desenvolvimento adotados. A esse respeito, evidencia-se que nas três primeiras décadas do século XX se consolidou o momento marcado pelo modelo liberal, agroexportador, com a presença das oligarquias no poder. Após, diante do período compreendido entre a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, vislumbrou-se o estabelecimento de um novo modelo pautado no forte papel do Estado na economia.

Nesse momento, o nacional desenvolvimentismo surge da crise da hegemonia norte-americana e da sua divisão internacional do trabalho, que especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras. O período conhecido como “populista”, mas que se pode denominar por Nacional-Desenvolvimentismo, estendeu-se das décadas de 1930 e 1980, porém frente ao seu esgotamento e crise, adentra-se à década de 1980 e 1990, diante da eminência da reconfiguração neoliberal, acompanhada pelo fenômeno da globalização (OLIVEIRA, 2018).

Posteriormente, devido ao avanço das políticas neoliberais e à agudização de seus rebatimentos no tecido social, vislumbra-se o seu desgaste e a chegada de várias lideranças políticas progressistas em vários governos da América Latina e Caribe. Os alternados ciclos progressistas e conservadores na arena política dessa região poderiam ser analisados sob outra perspectiva analítica, a qual os compreende sob a face de ciclos de esquerda e de direita. Contudo, depreende-se que a especificidade dessa região impede que essas definições contemplem a complexidade da realidade política latino-americana.

Acerca da discussão inerente à tendência de esquerda e de direita, Norberto Bobbio inova ao questionar os conceitos clássicos. Para Bobbio, direita e esquerda não se resumem a ideologias, mas indicam programas contrapostos diversos em relação a

problemas cuja resolução pertence à ação política. Nesse sentido, reconhece-se que as complexidades dos movimentos políticos contemporâneos suscitam a análise de novas interpretativas atentas ao movimento dialético da realidade política. Trata-se de transcender as explicativas tradicionais e reconhecer a contradição que imbrica as tendências políticas de esquerda e direita, metamorfoseando-as e, por vezes, unindo-as, tal como percebido nos conceitos de coalizações e pluripartidarismo.

Diante do exposto e em adoção à perspectiva de Bobbio, neste ensaio se utiliza as terminologias “conservadoras e progressistas” na contra tendência da díade “esquerda e direita”, por compreender que essa primeira perspectiva contempla, em maior proporção, as mudanças dos sistemas políticos contemporâneos, especialmente os latino-americanos imbricados pela heterogeneidade ideopolítica.

Desse modo e ao encontro destas análises o Quadro 1 elucida a alternância de governos progressistas e conservadores eleitos que compuseram os distintos ciclos políticos de alguns países da América Latina nas últimas três décadas.

Quadro 1: Ciclos Políticos Progressistas e Conservadores na América Latina

| Países | 1º Ciclo – Cariz Neoliberal e Conservador | 2º Ciclo – Cariz Neoliberal e Progressista | 3º Ciclo – Cariz Neoliberal e Neoconservador |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Argentina | Carlos Menem; Fernando de La Rúa; Adolfo Saá; Eduardo Duhalde (1990 à 2002) | Néstor Kirchner; Cristina Kirchner (2003 à 2014) Alberto Fernández (2020- atual) | Mauricio Macri (2015 à 2018) |
| Brasil | Fernando Collor; Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso (1990 à 2002) | Lula da Silva; Dilma Rousseff (2002 à 2015) | Michel Temer (2016 à 2018) Jair Bolsonaro (2019 - atual) |
| Chile | Patricio Aylwin; Eduardo Frei (1990 à 1999) | Ricardo Lagos; Michelle Bachelet (2000 à 2009 e 2014 à 2018) | Sebastián Piñera (2010 à 2013) (2018 – atual) |
| Uruguai | Luis Lacalle; Julio Coirolo; Jorge Batlle (1990 à 2004) | Tabaré Vázquez; José Mujica (2005 à 2014) | Lacalle Pou (2020- atual) |

FONTE: Sistematização dos autores, 2021

Destarte, em apreciação ao período pretérito, especialmente em análise aos governos conservadores que estiveram no poder ao longo da década de 1990, observa-se que em que pese a expectativa por projetos cidadãos e democratizantes, preservou-se a

continuidade das elites e oligarquias nacionais vinculadas ao capital internacional - outrora atreladas aos ditadores civis e militares -, ao poder político nacional. A ascensão conservadora significou a manutenção dos privilégios das elites, da dependência econômica dos países latino-americanos e a adoção integral da matriz teórica neoliberal.

No âmbito social, observa-se a consolidação do 1º ciclo de proteção social, caracterizado como neoliberal e conservador. Durante esse período, ínfimos avanços no tocante ao desenvolvimento social e econômico foram perceptíveis. Crises econômicas nacionais endossaram o descrédito coletivo e possibilitaram o fortalecimento de partidos políticos vinculados às classes trabalhadoras e aos movimentos populares. A ascensão progressista emerge em um cenário de esperança pela diminuição das desigualdades e o extermínio da pobreza na região.

Desse modo, a recente onda progressista latino-americana⁵, a qual “surgiu como uma reação aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo na América do Sul” (SANTOS, 2018, p. 1), fez-se limitada à sua proposta germinal de cariz revolucionário. A “maré-rosa” representou a ascensão política dos governos progressistas de Néstor e Cristina Kirchner (Argentina); Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Brasil); Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai) e Ricardo Lagos e Michele Bachelet (Chile), iniciada ao final da década de 1990 e endossada na década de 2000. No âmbito social, tais governos inauguraram o 2º ciclo de proteção social da região, ora caracterizado como neoliberal e progressista. Em que pese os significativos avanços nas políticas sociais, também foram notáveis as renúncias aos ideais contra hegemônicos mediante o estabelecimento de políticas econômicas extrativistas que endossaram a condição dependente e periférica latino-americana, especialmente devido a sua inserção ao sistema-mundo capitalista fundamentada em acordos desiguais. A dimensão ideopolítica intrínseca ao jogo político integra essa relação de forma a endossar o intercâmbio desigual. Nesse cenário, as agências multilaterais do desenvolvimento também figuram como fomentadoras dessas relações, diante dos ajustes econômicos sugestionados às economias periféricas.

⁵ A esse respeito destaca a obra “Uma história da onda progressista sul-americana” de autoria de Fábio Luis Barbosa dos Santos. Neste ensaio que compreende onze artigos do autor esmiúça-se a realidade política dos países latino-americanos que vivenciaram a emergência de governos progressistas nas últimas duas décadas.

Durante a ascensão progressista vislumbrou-se uma postura moderada e conciliatória, distante da clássica esquerda, referendando a articulação entre neoliberalismo e progresso como um caminho inevitável. “O resultado foram projetos de mudança que aceitaram os parâmetros da ordem que haviam herdado, visando renegociar em melhores termos a inserção mundial e seus países e a situação dos ‘excluídos’ que frequentemente representaram” (SANTOS, 2018, p. 1). Sob tal prisma, percebeu-se que a onda progressista⁶ latino-americana foi simultaneamente progressista e conservadora

O movimento dialético que ciclicamente alternou a emergência de governos progressistas e conservadores na América Latina e que, contemporaneamente transita de uma longa onda progressista para uma significativa onda neoconservadora, precisa ser analisada diante dos aspectos conjunturais que o circunda, “os governos progressistas articularam o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; a capitalização dos pobres ao consumo importado” (SANTOS, 2018, p. 14).

Analisados a partir da tendência mundial, os governos progressistas da região aparecem como tentativas de civilizar o trem da história recorrendo ao bom senso e à concertação. Acreditou-se que era possível domesticar o desenvolvimento capitalista na periferia ou, ao menos, modular a sua velocidade e a sua direção. Sem questionar o trilho, adotaram como norte o crescimento econômico, referindo-se ao paradigma do desenvolvimento das forças produtivas. Como resultado, no lugar de “puxar o freio do trem do progresso” como dizia Walter Benjamin, esses governos o aceleraram. Ao invés de conduzi-lo, foram por ele arrastados, e, em alguns casos, defenestrados (SANTOS, 2018, p. 16).

A cena contemporânea sinaliza a emergência e o fortalecimento de regimes neoconservadores na região, tal como se pode observar na realidade política da Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Paraguai, Peru, Haiti, Suriname, Belize, Dominica, entre outros. Essa mudança se iniciou no contexto latino-americano, mediante à eleição de Sebastian Piñera e Mauricio Macri, no Chile e Argentina nos anos de 2010 e 2015 e foi sucedida pelas eleições de Michel Temer (2016)

⁶ A onda progressista latino-americana também ficou conhecida como a “*maré-rosa*”.

e Jair Bolsonaro (2019) no Brasil e Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai (2020)⁷. Os motivos indicados para o fortalecimento da onda neoconservadora se atrelam-se à emergência da crise econômica em alguns países desta região, o acirramento dos escândalos de corrupção política e econômica e a diminuição dos preços das matérias-primas (imprescindíveis para a economia latino-americana).

O acirramento da polarização ideológica na América Latina impactará diretamente as políticas econômicas e sociais adotadas, reconfigurando as agendas sociais preconizadas pelos governos progressistas. Pereira (2020) cunhou o conceito “nova direita” para referir-se a ascensão conservadora recente. Contudo, neste ensaio optou-se pela categoria “neoconservadorismo” por se compreender que se trata de um fenômeno novo, onde a conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo resultam em roupagens até então desconhecidas. Nesse sentido, em consonância a Brown (2019), depreende-se que o neoconservadorismo emergiu no campo político após a consolidação da racionalidade neoliberal como via de mobilização de forças antidemocráticas, “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valoração e que o ataque ao neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido na lei, cultura política e subjetividade política” (BROWN, 2019, p. 9).

Ao compreender o neoliberalismo como um “[...] um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático do Estado” (BROWN, 201, p. 23), chega-se as pistas explicativas a ascensão conservadora em um cenário de crise estrutural do capital. A manutenção de hierarquias, dos sistemas de privilégios elitistas e das desigualdades sociais se tornam valores intrínsecos à guinada neoconservadora.

Observa-se a eminência do descontentamento de elites para com os avanços propostos por governos progressistas especialmente no âmbito social, visto que, qualquer ensejo direcionado a pautas igualitaristas se tornaram uma ameaça a privilégios e posições sociais. Não estranhamente, o neoconservadorismo traz consigo um forte apelo moralizante que captura amplos segmentos sociais e se atrela a preceitos individualistas,

⁷ Ressalva-se que ambos os governos possuem divergências ideológicas entre si, alguns deles se situam em espectro políticos neoconservadores mais amenos e outros, tal como Jair Bolsonaro, em espectros neofascistas.

excludentes e estigmatizantes. A esse respeito se nota que “os sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antissemitas, islamofóbicos, bem como sentimentos cristãos antisseculares, adquiriram bases políticas e legitimidade inimagináveis há uma década. Políticos oportunistas surfam nesta onda” (BROWN, 2019, p. 9).

Em análise aos políticos oportunistas que “surfam a onda” neoconservadora, observa-se a emergência de governos identificados com o fascismo e o neofascismo político no contexto latino-americano, tal como Jair Bolsonaro no Brasil. Dessa forma, “A política fascista inclui muitas estratégias diferentes: o passado mítico, propaganda, o anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do bem-estar público” (STANLEY, 2018, p. 14).

Nesse sentido, mediante estratégias de repúdio ao conhecimento científico, apelos a ideia de patriotismo e nacionalismo atreladas ao saudosismo de um passado mítico (e inexistente), constroem-se novas narrativas que, ao desarticular a união e o bem-estar público, promovem discursos racistas, homofóbicos, xenofóbicos e excludentes, impactando os sistemas protetivos de forma exponencial. Observa-se que “essas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo: favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado Social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade” (BROWN, 2019, p. 10).

Os resultados da conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo que propiciaram o surgimento de um 3º ciclo de proteção social na América Latina, ainda é uma incógnita. Trata-se de um processo em curso que já demonstra o seu alto teor nocivo frente ao dismantelamento dos sistemas de proteção social existentes e o endossamento da expropriação dos direitos da classe trabalhadora (especialmente mediante reformas trabalhistas). Ademais, o acirramento da dependência econômica dos países da região, mediante o agravamento de ações extrativistas promovidas pelo capital - especialmente o financeiro - se torna um grande desafio. Diante deste complexo cenário, o próximo item deste ensaio irá problematizar dados documentais inerentes a evolução dos sistemas protetivos da região nas últimas três décadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A senda da Proteção Social na América latina percorre caminhos tortuosos que alternam temporalidades que exasperam esperanças em contraposição a outras que aniquilam conquistas democráticas de justiça social. A ascensão progressista no campo político latino-americano reascendeu o ensejo pela transposição da pobreza, a minimização das desigualdades e a superação das amarras econômicas e políticas que subjagam governantes e governados da *Nuestra América* aos ditames internacionais. Contudo, observou-se que os moderados avanços perceptíveis no campo da política social e econômica materializados pelos governos da *maré-rosa* latino-americana, por não propiciarem mudanças conjunturais e estruturais possibilitaram o solo fértil para a ascensão (neo) conservadora em um cenário econômico de crise e recessão.

As contradições do tempo presente impactam a Proteção Social da Região de forma a expropriar direitos conquistados pela classe trabalhadora nas últimas décadas, minimizando direitos de cidadania e expondo coletividades a um cenário de desproteção e insegurança social. A esse respeito, se faz perceptível o endossamento da hegemonia do pensamento liberal (e neoliberal) em contraposição ao desprezo por teorias sociais críticas e concepções revolucionárias, ademais, no campo econômico diante da produção e reprodução capitalista dependente, predatória e extrativista se endossa a superexploração e degradação do mundo do trabalho nas economias periféricas. Destarte, expressões neocolonialistas se expressam no campo político frente a existência de Estados e governos não soberanos e servis aos interesses econômicos internacionais. Por fim, no campo da subjetividade humana, indivíduos sociais vorazmente competitivos em detrimento de coletividades emancipadas são forjados de maneira consonante ao modo de vida pautado na racionalidade neoliberal.

Diante destes desafios e em respeito ao produto analítico deste ensaio, pode-se aferir que os governos progressistas e conservadores da América Latina e Caribe formularam as suas políticas de proteção social, incorporando as orientações das agências multilaterais de desenvolvimento e produzindo ciclos protetivos submetidos aos ciclos econômicos e políticos da região. Governos progressistas realizaram avanços significativos no âmbito da luta contra a pobreza, atenção em saúde, universalização da

educação e incorporação de agendas progressistas populares, ampliando exponencialmente o gasto social público. Contudo, assemelharam-se aos governos conservadores ao se manterem submetidos as orientações neoliberais que impossibilitaram mudanças conjunturais. Os governos conservadores, por sua vez, pouco endossaram o investimento em proteção social e não incorporaram nas suas agendas reivindicações populares, tendo comumente atuado em defesa dos interesses privatistas nas áreas sociais, endossando a retração da atuação do Estado como responsável pelo bem-estar social coletivo.

Em síntese, entre movimentos dialéticos de ampliação e retração da proteção social evidenciados e problematizados neste ensaio, depreende-se que o curso dialético da história desnudará os cursos que assumirá a proteção social, contudo, o ensejo de que os sistemas protetivos universais voltem a ser valorados e possibilitem a classe trabalhadora o usufruto de toda a riqueza que produz se torna o cenário prospectivo prenunciado, especialmente em regiões largamente desiguais como América Latina e Caribe.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Editora Politeia: São Paulo, 2019.
- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; REIS, Carlos Nelson; Arregui, Carola C.; TRIPIANA, Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.) **Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência** - problemas e categorias, uma visão histórica. São Paulo/SP: Editora Expressão Popular, 2018.

MARINI, Rui. **A dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 21 dez. 2019.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. Muito além de Direitas e Esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul. *In*: GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñeira; CRUZ, Danilo Uzêda. (org.) **Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados**. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2187 - 2196, Jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2187.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social, 2020. *In*:

PEREIRA, Potyara. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. São Paulo: Editora Cortez, 2020

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma História da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.